

# TEMAS ATUAIS DE DIREITO DO TRABALHO

Rafael Mendes de Lima



# **Apresentação do Palestrante**

**RAFAEL MENDES DE LIMA**

- **Advogado, Consultor Jurídico da Regional Secovi-Campinas**
- **Especialista em Direito do Trabalho pela PUC-SP**
- **Mestrando em Direito do Trabalho pela USP**

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- Não existe legislação sobre o assunto.
- As regras atualmente são estabelecidas pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- Permite a terceirização de atividade-meio do tomador de serviços, e estabelece sua responsabilidade subsidiária.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

**III** - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação direta.

**IV** - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

**VI** – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- Desde maio de 2014, a convenção coletiva celebrada em entre SINCONED e SINDICOND proíbe a terceirização de serviços em condomínios.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS.

- CLÁUSULA 33ª – (...) FICA DETERMINADO entre as partes convenientes que, os EMPREGADORES não contratarão mão-de-obra terceirizada para o exercício das seguintes funções e atividades: Zelador, Vigia, Porteiro, Jardineiro, Faxineiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Ascensorista, Garagista, Manobrista e Folguista.
- § 2º. O descumprimento da previsão contida na presente cláusula ensejará ao empregador infrator a obrigação de reconhecimento do vínculo de emprego direto com o trabalhador prejudicado e a responsabilização do empregador pelos prejuízos trabalhistas causados ao empregado, sem prejuízo do ajuizamento de medidas cabíveis na justiça do trabalho.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- A partir desse ano o SINCONED passou a ajuizar ações de cumprimento em face de diversos condomínios visando obrigar os condomínios a não terceirizar serviços.
- A possibilidade de o sindicato promover esse tipo de ação se mostrava bastante questionável, bem como a validade da própria cláusula em si.
- A boa notícia é que recentemente o Tribunal Superior do Trabalho declarou a nulidade da Cláusula, fazendo com que o SINCONED tenha passado a desistir das ações ajuizadas.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- TRT da 15ª Região reconheceu que o SINDEEPRES é o legítimo representante da categoria de empregados de empresas prestadoras de serviços:
- “declarar que o requerente (SINDEEPRES) é o legítimo representante dos empregados das empresas de prestação de serviços a terceiros, colocação e administração de mão de obra, trabalho temporário, leitura de medidores e entrega de avisos, dentro de sua respectiva base territorial, inclusive quando o tomador de serviços se tratar de condomínio ou edifício;” (Processo 0139500-95.2009.5.15.0043).
- Acórdão ainda proibiu o SINCONED de interferir na categoria alheia.



# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

- Ao tomar conhecimento da cláusula, o SINDEEPRES informou à Justiça do Trabalho o descumprimento da decisão judicial.
- Em 30.06.2016, o Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que a cláusula constituía interferência indevida na categoria e desrespeito à decisão judicial.
- Por conta disso, declarou a cláusula nula e ainda impôs multa de R\$ 30.000,00 ao SINCONED.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

“Dessa forma, ao firmar negociação coletiva estabelecendo vedação à contratação de mão de obra terceirizada, o executado ingeriu no âmbito da representatividade do sindicato exequente, obstando a prestação de serviços terceirizados e a colocação dessa modalidade de mão de obra em condomínios e edifícios, em flagrante ofensa ao comando judicial transitado em julgado.” (TST, Processo 139500-95.2009.5.15.0043)

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Fiscalização

- Feita a opção por terceirizar os serviços, por conta da responsabilidade subsidiária, é importante que o condomínio/administradora fiscalize a terceirizada para evitar ou ao menos diminuir problemas futuros.
- O ideal é que a fiscalização abarque aspectos formais e fáticos da prestação de serviços.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Fiscalização

- Aspectos formais: Solicitar a documentação relativa aos funcionários, especialmente os comprovantes de pagamento de salários, benefícios e encargos.
- Aspectos Fáticos: Ter atenção ao dia-a-dia da prestação dos serviços, especialmente nos aspectos relativos à jornada de trabalho.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Jornada 12x36

**TST, 444. JORNADA DE TRABALHO. NORMA COLETIVA. LEI. ESCALA DE 12 POR 36. VALIDADE.** É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Jornada 12x36

- O risco de todo sistema de compensação de horas é que o trabalhador não pode praticar horas extras habitualmente, sob pena de nulidade e pagamento de horas extras a partir da 8ª diária e 44ª semanal.
- Assim, deve-se garantir que o terceirizado não sofra prolongamento de jornada, bem como que não trabalhe em suas folgas habitualmente.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Jornada 12x36 - Intervalo Intra jornada

- TST passou a entender que a mera supressão do intervalo não é mais causa de nulidade da jornada de 12x36.
- Todavia, ainda não se trata de algo consolidado e as instâncias inferiores, em muitos casos, não têm seguido esse entendimento.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Jornada 12x36 - Intervalo Intrajornada

RECURSO DE REVISTA. JORNADA ESPECIAL 12X36. VALIDADE. SÚMULA Nº 444/TST. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. Consoante jurisprudência desta Corte, a não concessão integral do intervalo intrajornada, embora implique o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71, § 4º, da CLT), não configura prestação habitual de horas extras a ensejar a descaracterização do regime de jornada 12x36. (Processo (TST - AIRR: 821-22.2012.5.02.0060, DEJT 08/05/2015)



# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

### Jornada 12x36 – Adicional Noturno

**TST, 388. JORNADA 12X36. JORNADA MISTA QUE COMPREENDA A TOTALIDADE DO PERÍODO NOTURNO. ADICIONAL NOTURNO. DEVIDO. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)**

O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## MONITORAMENTO ELETRÔNICO

- Convenção Coletiva estabelece multa em caso de dispensa de funcionários para implantação de monitoramento eletrônico.
- CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MONITORAMENTO A DISTANCIA. Fica vedada a substituição de empregados de portaria por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso, sob pena de multa de um salário por empregado, revertido a este.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## MONITORAMENTO ELETRÔNICO

- Validade da cláusula também é questionável, por violar a livre iniciativa.
- Todavia, Constituição Federal prevê a proteção dos trabalhadores contra a automação: Art. 7º. XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;
- **A dica é já contabilizar nos custos o valor das indenizações.**

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

- Em condomínios e administradoras os problemas mais comuns enfrentados em matéria de garantia de emprego são os decorrentes de gravidez e acidente de trabalho.
- Gestante: Desde a confirmação da gravidez até 05 meses depois do parto – (CCT amplia por mais 30 dias).
- Acidente: 12 meses a partir da alta previdenciária.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Empregada Gestante – TST, Súmula 244.

#### **244. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.**

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

II - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Empregada Gestante – TST, O.J 399

**399. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE GARANTIA NO EMPREGO. ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.** O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Empregada Gestante

- Em caso de dispensa e ciência posterior, é imprescindível notificar para retomada da prestação de serviços.
- Como a garantia é ao emprego e não aos salários, a recusa injustificada pode gerar a perda do direito, mas existem decisões em sentido contrário.
- Feita a reintegração, é preciso verificar o tempo de afastamento e compensar valores recebidos no TRCT com direitos relativos ao período de afastamento.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Acidente de Trabalho

- Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.



# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Acidente de Trabalho

- Artigos 19, 20 e 21 da Lei 8.213/91 definem o que se considera acidente de trabalho.
- Neles se inserem as definições de acidente típico, doença ocupacional e acidente de trajeto.
- Independentemente do tipo de acidente, se preenchidos os requisitos, o trabalhador adquire estabilidade.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Acidente de Trabalho – TST, Súmula 378

**378. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991.**

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## GARANTIAS DE EMPREGO

### Acidente de Trabalho – TST, Súmula 396

**396. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. CONCESSÃO DO SALÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE ESTABILIDADE JÁ EXAURIDO. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO "EXTRA PETITA".**

I - Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.

II - Não há nulidade por julgamento “extra petita” da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

## HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES

### CLT, Art. 477.

§ 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 7º - O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador.

# DIREITO DO TRABALHO EM CONDOMÍNIOS

---

# OBRIGADO

Contato: [rafael@dlac.com.br](mailto:rafael@dlac.com.br)